

Caros Amigos e Colegas que hoje celebramos

Desembargadores

Trajano Amador Seabra Teles de Menezes e Melo

Mário Manuel Batista Fernandes

Airisa Maurício Antunes Caldinho

António Luís Terrível Cravo Roxo

Maria Cecília de Oliveira Agante dos Reis Panca

Maria de Jesus Pereira e

António Álvaro Leite de Melo

[Senhores Conselheiros, Senhores Desembargadores Caros Colegas, Procuradores Gerais Adjuntos, Senhores funcionários, Senhoras e Senhores

Muito agradeço a presença de todos vós neste momento festivo, pois que a mesma lhe oferece densidade Humana e afectiva, valorizando-o também institucionalmente]

A cerimónia que hoje nos congrega neste nosso belíssimo Salão Nobre assinala memoravelmente as carreiras brilhantes dos nossos Colegas e Amigos ora nomeados.

Celebrar o seu sucesso nas suas funções por jubilação é algo que exige a solenidade necessária, por isso aqui nos reunimos.

Aproveito para transmitir a todos os Jubilados o abraço de estima e amizade de colegas que não puderam estar presentes, nomeadamente o colega Igreja de Matos e os Presidentes Correia de Paiva, Gonçalo Silvano e Henrique Araújo.

Comemorar implica trazer à memória, significando na presente circunstância convocar uma lembrança reflectida acerca do sentido e alcance de tudo quanto os Ilustres Magistrados deram de si em prole da boa acção da Justiça e da boa imagem dos tribunais, em particular deste

Tribunal da Relação do Porto, que agora, já sem poder contar com o vosso envolvimento pleno, fica mais pobre.

.

Os tribunais são instituições que, no ordinário do dia-a-dia, se querem discretas. Mas não são instituições mudas, nem podem aspirar à invisibilidade porque exercem, em nome do povo, uma função de soberania.

Impõe-se-nos, pois, tornar visível e festejar as Pessoas e o percurso profissional dos homenageados, que foram e ainda são Juizes de Corpo Inteiro, que administraram justiça em nome do povo ao longo de várias décadas, sempre com total empenho e dedicação no sentido de tornar possível a excelência da instituição que serviram – a Justiça.

É importante, num tempo sem tempo próprio, dominado pelo instantâneo e pelo descartável, em que friamente vai imperando a inteligência artificial, assinalar a dimensão humana dos momentos mais significativos da vida dos Tribunais, mediante um cerimonial simples mas com sensibilidade e com sentimentos, mais dirigido às Mulheres e aos Homens em si, do que às estatísticas e aos registos formais e burocráticos dos processos, embora não deixando de afirmar a continuidade e a permanência, com assinalável destaque, das instituições da Justiça e a sua proeminência na estrutura do Estado.

Caras e caros Homenageados

Todos nós aqui presentes, vossos colegas e amigos, assim como os funcionários desta Relação, vos estamos muito gratos pela vossa profícua entrega ao trabalho ao longo dos melhores e mais jovens tempos das vossas vidas, pela dignidade e brilhantismo com que o fizeram, revelando-se para todos que vos acompanhámos em parte relevante do percurso, verdadeiros exemplos de virtude, honestidade, amor ao estudo e crença na justiça, tornando-se a vossa postura e espírito de sacrifício uma inspiração e motivação para todos nós.

Quem tem, como todos os presentes, já algum caminho andado, reconhece neste momento, olhando os Homenageados e as suas vidas, o fulgor das suas qualidades pessoais, a personalidade e o carácter, a dimensão profissional de excepção de todos e de cada um, manifestando publicamente o seu prestígio enquanto cidadãos e o seu excepcional mérito de Juízes, fazendo jus ao brilho individual e colectivo da Magistratura Judicial, que abraçaram por vocação e por salutar espírito de missão e até humana paixão.

É dessa mesma humanidade, dessa cortesia e afabilidade, que nos fica memória, uma memória que é afinal a de Magistrados com letra maiúscula.

Se pretendêssemos encher de inteira luminosidade o nosso acto comemorativo, tornar-se-ia imperativo derramar considerações elogiosas sobre cada uma das Senhoras Desembargadoras e dos Senhores Desembargadores cuja jubilação hoje assinalamos em tom jubiloso, mas não iremos por aí, preferindo alguma minguada de palavras ao risco de cometermos injustiças relativas, por palavras aqui e acolá mais ou menos adulatórias que neste momento não têm essencial sentido.

É essa vossa entrega pessoal, disciplina, integridade, sentido de responsabilidade e de serviço público, que vimos ao longo dos anos plasmados nos vossos gestos mais peculiares e nos actos mais formais, que hoje publicamente aqui queremos galardoar, o extraordinário trabalho que as Senhoras e Senhores Magistrados Jubilados que hoje homenageamos desenvolveram nesta nossa Relação, e, anteriormente, em muitos outros tribunais por onde passaram e exerceram o seu múnus judicial.

Encontramos genericamente representada em tribunais, praças e outros espaços públicos espalhados, um pouco por todo o mundo, a imagem de uma Justiça vendada.

Mas talvez seja melhor, aqui e hoje, neste momento jubiloso, termos presente uma melhor imagem da Justiça, uma imagem diferente, uma imagem sem venda nos olhos, com os olhos a descoberto e atentos, porque sensível aos contornos humanos de cada caso concreto, uma Justiça Humana.

Justiça Humana que hoje aqui celebramos, personificada nas pessoas dos nossos Colegas Jubilados, sendo o reconhecimento desse sentido Humano da Justiça que hoje proclamamos – a Justiça a quem Justiça é devida!!

Estamos aqui também, implicitamente, em celebração de Magistratura Judicial Portuguesa, que também vive de exemplos, urgindo por isso celebrar a carreira e conservar a memória dos Magistrados aqui venerados, todos eles insignes juristas, todos eles humanistas, todos eles Mulheres e Homensmaiores, que, com a sua acção, souberam honrar a Justiça, a Judicatura e os Tribunais.

Agiram sempre com independência, um valor cada vez mais em perigo mercê de poderes vendados ou encapuzados, mais ou menos estranhos, que se vão dando a conhecer e que vêm ameaçando a matriz do poder judicial e a pureza do seu acto de decidir, em especial para nós Juizes Portugueses, para quem a independência não se limita à liberdade formal no acto de julgar, mas é antes forma de ser e de estar perante os cidadãos que servimos e perante os demais poderes, máxime o executivo e o legislativo, cientes de que a nossa independência enquanto Juizes, não constitui uma prerrogativa da função, mas sim e essencialmente um direito do povo em nome de quem administramos a Justiça.

Permitam-me, agora na veste de Desembargador da 3ª Secção, (2ª Secção Cível), apenas umbreve palavra de profundo apreço e admiração, também já de saudades, que dirijo ao meu Presidente e muito Amigo Desembargador Trajano Telles de Menezes e Melo, sempre tão atentamente ouvido por todos os Colegas, sempre solidário e companheiro solícito que foi para todos os que buscavam o seu parecer, por todo o respeito, toda a alegria de vida transmitida, a imensa estima, consideração e amizade, que ao longo de trinta anos de carreira impoluta, nesta Relação, sempre recusando a promoção ao Supremo Tribunal de Justiça, onde fez falta, soube conquistar de todos aqueles que tiveram o privilégio de **contigo**, de perto, conviver e trabalhar.

Estou certo de que este é o sentimento de todos os colegas em relação aos Desembargadores Jubilados com quem trabalharam durante muitos anos na mesma Secção.

Nós, que por cá ainda ficámos, tudo faremos para que se continuem a fomentar os valores do companheirismo e da amizade, assim como do profissionalismo e da excelência que, com o vosso prestimoso esforço, são apanágio do nosso Tribunal da Relação do Porto.

Fá-lo-emos com total entrega e também continuada esperança nesta casa de Justiça, num esforço sinérgico para o mais belo bem comum que é Justiça Social, sublinhando incansavelmente a vertente humana do acto de Julgar, que foi constante no decorrer do vosso Magistério, assim honrando a Beca negra que foi e ainda é a vossa veste.

Esse ânimo, que o vosso exemplo nos transmitiu, de orgulhosamente continuarmos na senda da realização da justiça, transporta-nos às palavras de BRECHT, quando dizia: **“alguns homens lutam um dia e são bons, outros lutam um ano e são melhores, os que lutam a vida toda são imprescindíveis”**.

Embora nos assuste, na vossa decisão de retirada do palco judiciário, a possibilidade de perder o vosso contacto e amizade, ficamos tranquilos porque sabemos que os verdadeiros amigos, os melhores amigos nunca se vão embora, ficam sempre por perto, estão sempre connosco, continuando a “frequentar”, mesmo que não presencialmente, esta nossa casa, como se nada tivesse acontecido, enriquecendo-nos com a tranquilidade acrescida que agora lhes sentimos, antes impossível por causa dos processos, a possibilidade de longas conversas no avançado da noite, a possibilidade de gozar mais a Família e os Amigos, de ver um filme ou ler um livro até mais tarde, de navegar na Net, de aprender línguas, de fazer jardinagem ou desporto, de viajar, até e talvez principalmente de amar, enfim, de tudo aquilo que antes era mais um desejo.

Por cá continuamos, seguros de que o derradeiro e autêntico compromisso a assumir com o Futuro se inscreve na autenticidade do presente.

Se ontem fomos, convosco Juizes Desembargadores Jubilados, actores da história, hoje resta-nos estar à altura desse vosso legado.

Porque Hoje, como ontem, os reptos e desafios são exigentes, mas o espírito de sacrifício e de trabalho, a ousadia, a audácia, a irreverência e o espírito combativo que têm de permanecer como nossa identidade, impelem-nos a manter a nossa voz bem firme na defesa da Dignidade da Pessoa Humana, que constitui o nosso DNA de Juizes Portugueses.

Tal constituindo para todos nós Juizes, em particular nós Desembargadores desta Relação do Porto, uma solene **advertência do futuro**, ade que uma instituição secular como é esta Relação do Porto, tem na sua memória, como Pessoa escreveu, “a consciência inserida no tempo”.

A autoridade que advém dessa memória, assim de forma consciente, torna a nossa Relação um verdadeiro bastião na defesa dos pilares do nosso Estado de Direito Democrático.

Termino com um gesto simples mas que vale mais do que a palavra que já vai extensa, aqui vos deixando, Queridas e Queridos Amigos, um forte e sentido abraço, tão forte quanto a vossa ausência é já sentida.

Muito obrigado pelo vosso exemplo de honradez e de trabalho, pelo vosso companheirismo e pela vossa Amizade.

Antes ainda de vos dedicarmos a beleza das notas musicais que se seguem pela mestria do Professor Marcos Figueiredo, num brilhante improviso a que, antecipadamente, mesmo sem ouvir, me atrevi a sugerir o título de “Vida de Juiz”, e antes ainda de vos oferecermos uma pequena lembrança representativa da vossa passagem por esta casa de justiça, desejo a todos vós e em nome de todos nós Juizes e Funcionários deste Tribunal da Relação do Porto, a maior Sorte e as Maiores Felicidades.